

Exmo DR. Pedro Dóres.

Antes de mais, aceite os meus Respeitosos cumprimentos.

DR. venho através deste meio expor algumas questões, que certamente poderá ter algum interesse em fazer alguns Reparos sobre o mau funcionamento, a falta de imparcialidade, a má fé de certos Organismos conectados ao nosso sistema Judicial Português.

A 30 de Outubro de 2009, fui fisicamente agredida por 2 agentes do S.E.F. e com a ajuda do escrivão do Tribunal de Faro, na sequência do agente do S.E.F me ter algemado apertando com toda força as algemas e eu ter recusado a sair do local enquanto ele não as desafolhasse ligeiramente, pois me estavam a fazer dano. Daí o uso da força dos dois SAs do S.E.F e com a ajuda do Escrivão. O que originou-me a queda nas escadarias do tribunal do 1º andar ao R/chão após já ter sido agredida a joelho e cotovelo na cabeça e na face, quando cheguei ao R/C estava desmaiada, eu não me apercebi, só depois de ter despertado. No dia 31/10 fui presente ao juiz para a medida de coacção, que viu-me como eu me apresentava fisicamente, foi então onde a advogada que esteve presente me aconselhou a apresentar queixa, devido o meu estado. Já nesse dia 31/10/2009, não foram os mesmos agentes do S.E.F a levar-me ao tribunal após ter passado da meia de manhã às 9 horas, quando me foram buscar nos calabouços do GNR de Vila Moura para o Tribunal de Faro. Seguramente que o juiz já sabe do episódio anterior que ocorreu no tribunal, mas ignorou o

tiñhe a sua frente, apenas decretando-me a prisão preventiva, pelo facto de que cortei a peelsa e fui para Espanha, o que aceitei apesar de ter apresentado as minhas razões e mesmo ao sair do Cas deixei uma carta escrita a explicar as razões porque o fiz.

Dei entrada no E. P. de Oremire, levado por 3 elementos do S.E.f, entre dois homens e uma mulher na viatura do S.E.f, um Renault Clio alameda de faro cité Oremire.

Ao dar entrada o estado em que eu estava com a cara toda pisada, chamou a atenção dos guardas e chefe de serviço nesse dia, ao perguntar o que se passou com a mulher, um dos agentes do S.E.f chamou o chefe Nire à parte e não sei o que lhe dissera. Mas ouvi o chefe dizendo não queremos problemas depois dizem que foi a cadeia como foi no caso de Leonor Lipriedu. Mas a cadeia tomou precauções em tirar-me fotografias e tomar o meu depoimento, o que fiz, fui ouvido pela actual Directora em substituição do E.P. Daí então apresentei queixa ao 'Provedor de Justiça e ao Procurador Geral de República, sobre o sucedido. Foi estabelecido um inquérito, em contendo tudo, inclusive o envolvimento de Juízes de Instrução do Tribunal de Faro Ana Lúcia Cruz, por que foi onde tudo começou.

Decorrido o inquérito, após 18 meses, já eu tinha sido julgado e condenado a 4 anos e 8 meses, de pena efectiva sendo primária pelo mesmo tribunal onde tudo ocorreu. Acabou pelo inquérito ir cair as mãos do Ministério Público de Faro (é claro é tudo uma família, seria uns pelos outros, eles são agentes do S.E.f e eu uma reclusa). 18 meses depois é que me mandaram ao Instituto de Medicina Legal

②

fara ver o quê, se até as cineastas das al-
gemas que ainda não visíveis e no processo, o
Médico ignorou, enviou o relatório para o
tribunal. Os fotógrafos que foram tirados
na cadeia, alegam não haver quaisquer
lesões, então será que enviaram mesmo
as fotos tiradas, senão! Não as fotos o
testemunho do Sr. Juiz que não pode
negar que viu quando me mandou para a
cadeia, o escrivão de direito de serviço no dia,
a advogada Dra. Sônia Martins, as Reclusas
todas de Odebrecht, os guardas todos e chefes e
me aliam o Sr. Director Dr. Messias, a actual
Director adjunto! Então se todos negaram
as agressões, então quem me terá agredido?
Os agentes que me levaram para a cadeia?
Ou então foi na cadeia onde fui agredido?

Os factos estão presentes, alguém foi, mas
como a sequência foi feita de forma a prote-
ger os agentes do S.E.F., o Ministério Público
achou não haver indícios e que tudo o que
eu disse, foi mentira e encenação minha.

Inclusive eu informei ao Bastonário dos
Advogados, e logo um dos agressores, abre
um processo de difamação contra mim,
onde já o mesmo Ministério Público me
constitui arguido, de que se entende? Arguido
a minha queixa, mas em contrapartida de
seguimento a queixa dele de difamação.

Tudo isto foram as estratégias utilizadas pelo
Ministério Público do Tribunal de Faro em pedir
falsa efectiva para se vingarem da queixa que
fiz contra a Sra. Juiz de Instrução e dos
Agentes do S.E.F., demonstrando-me são
eles pelos outros, e também constatai isso
mesmo na prisão, eu fui uma presa na
lista negra pelo facto de não me ter calado
mesmo depois o ex director me ter aconselhado
que aceitasse o Conselho dos agentes do S.E.F.,

não fazes queixa deles, logo eles junto do Ministério Público ajudam-te na pena, mesmo por que o crime de senhores não espeta pena alta, este foi o conselho. Mesmo os agentes do S.E.f, disseram-me se me calasse seria melhor para mim, foi então por isso que não me calei, achei isso muito interessante. Como não me silencieei, agora as consequências. Tudo correu de forma pouco clara e estranha o meu julgamento, mas como já fui julgada após um ano, pouco faltava para a flexibilização da pena, quando fui surpreendida também por parte do E.P. pareceres desfavoráveis que originou a não concessão de B. saúde judicial após ter completado o 4º de pena segundo o artigo 79º do novo Código de execução de penas. Começo a juntar as peças do puzzle, e vejo um concreto existe interligações das coisas, entre, o percurso do processo, são retaliações que se estende ao E.P. contra mim. Porquê não há fundamento eu sou uma presa modelo, tenho um excelente comportamento, apesar de não me calar quando vejo algo mal feito contra as reclusas, como a violação dos nossos direitos, que na maioria aqui não os conhece e como eu os conheço e os defendo de qualquer forma que cumpra com os deveres, então para o sistema eu sou uma pedra no sapato deles, sou a reclusa que tem conhecimentos do recluso e aí vou abrir os olhos das de mais e reclamaram pelo que é mal feito até aqui contra elas, e isso não lhes convém. Por estas razões, pedi a minha transferência para outro estabelecimento o de Tires, por não aguentar mais estas caóticas condições em que estamos submetidas. DR. eu penso que este E.P. está esquecido pelo Ministério de Justiça e outro. As cartas que as reclusas enviam à Direção Geral dos Serviços Prisionais, nunca chegam, e as

③ que chegam, são encaminhadas ao E.P. e logo as reclusas que as escreveram a informar e retratar as condições e o tratamento prisional, são retaliadas, cortam as precárias, Ravi, etc, até mesmo condicional, como o poder está na mão da direção da cadeia, alegam o que lhes afete sobre a reclusa, não existe qualquer verificação da legitimidade dessa decisão, apenas a reclusa, não tudo recusado. E não só inúmeras vezes a Sra. Directora adjunta disse em voz alta e bom som para quem quisesse ouvir de que não valia pena escreverem cartas à D.G. S.P., que ela estava muito bem apadrinhada, pode ir feito contra ela, com uma arrogância só visto, e assim andam as coisas. Só para ter uma ideia.

As celas são pequenas estão nelas 4 e 5 mulheres. As celas são autênticos congeladores, a luz é cortada, só há durante a noite e de vez em quando, dependendo do turno de guardas que também acham absurdo a racionalização de luz. Não tem acesso a informações, dizem que as reclusas não devem se manter informadas.

As chamadas telefônicas são sete por semana por reclusa. Não há trabalho para ocupar as mulheres, visitas são limitadas porque a maioria das reclusas não de baixos recursos econômicos e a falta de transportes públicos condiciona os familiares a não irem à visita. Daí que umas não têm recursos, não dependeriam do trabalho remunerado que não existe. Não há distribuição de produtos higiênicos às reclusas, são postas à venda no bar e a que preço. Não tem água potável, obrigadas a comprar água e limite de água que entra na visita (1 garrafa 5 litros, para o negócio de água ter saúde) 1 euro por 5 litros). Os serviços clínicos não se fala, a médica do CAT vem 1 vez por semana por 1 hora para consultar 1 ou 2 reclusas, a espere e

de 3 e 4 semanas para consultas, dentista lutão não se fala 5 e 6 meses de espera. Medice muito bem pensar, ou a reclusa com reclusos manda vir de fora por conta própria. Não há qualquer actividade para ocupar as mulheres. A única que existe tem de se pagar se quiser. Não temo apoio psicológico. Não temo um gabinete jurídico para apoio às reclusas, nem está formada a guarda que exerce esse papel, não sabe dar explicações muito menos informações sobre processos. A educadora, para atender às reclusas leva 10 dias ou mais para o fazer, não cumpre com os prazos do curso do Relatório ao T.E.P., assim que ninguém sai aqui neste E.P. ao meio de pena nem aos 2 terços, cá tudo no esquecimento, não sei porquê por negligência, desinteresse! São para dizer não temo o Código Penal neste E.P., em todos as prisões têm na Biblioteca nem o Diário.

A alimentação é o pior que temo, má confecção e pouca quantidade, as vezes passa fome, não se come o suficiente, quando as reclusas tentam reclamar são intimidades que são ordens de D.G.S.P. tudo é a peso, o que nunca nos foi dito quantas gramas de arroz cabe a cede reclusa por dia. São se come razoavelmente bem quando as guardas comem do mesmo a € 2,15 cede refeição. É quem abrir a boca sobre isso, cuidado com a precária! É assim. Depois o favoritismo existe cá dentro. O facilitismo, (mais vale cair na graça que ser suspeito). De. É muita coisa para dizer ao Sr., eu peço-lhe ajuda para o meu caso da queixa, eu não advogado, gostaria um Conselho, o que devo fazer neste caso, eu interencionaria, abrir o processo outra vez e torná-lo público, para uma profunda investigação para descobrir, o que não foi

④ feito e considerado como provas para dar um argumento, que há muita coisa por ser desvendada. Eu vou tratar de lhe enviar cópia do processo e tudo a volta disso. Caso o Sr. poder e queira eu gostaria mesmo tornar este caso público, para ver se estas manobras e incubrimento que existe na justiça começa a braundar, e que os agentes de autoridade fazem, usam e abusam do poder no exercício das funções contra cidadãos indefesos e logo ficam impunes, o que conta é o que eles dizem, defendendo-se uns aos outros no caso. Também Sr. eu gostaria que fosse feita uma visita surpresa a este E.P., sem aviso prévio, para não tapar em os burecos e selecionarem as Reclusas para falarem só bem de tudo. A estrutura física está degradada, tem infiltrações de água nas paredes e teto, quando chove é um desastre, as reclusas são obrigadas a limpar os tetos e paredes com lixívia pura, sem o mínimo de segurança, no caso de um acidente, como já aconteceu e ficou dito pelo não dito, enfim. Quando vem visitas, limpa-se tudo, para mostrar que está tudo bem. Não há mesmo por falta de condições, os professores desistiram, não se aguentavam nas salas onde administravam as aulas às reclusas, nem cobertos de cobertores, era uma câmara frigorífica autêntica. Pronto Dr. Pedro, espero que tenha uma ideia que tudo que lhe explico nesta carta e peço a favor a dar, eu estou ao dispor de qualquer contacto para confirmar, dizer com verdade o que se passa aqui.

Aguardo pelo seu contacto ou instruções do Conselho que lhe peço e da ajuda. '

Despeço-me com os meus melhores cumprimentos, tudo de bom no seu trabalho, o desejo é eu querer ajudar os mais frêgeis como uns reclusos, que estão atados e limitados por um sistema ainda repressivo.

Atenciosamente

Luís António Rodrigues Lima